anexo ao despacho n.º 14/2000, de 28 de Março, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 149, de 30 de Junho de 2000:

a) A prova de conhecimentos gerais terá duração até uma hora e trinta minutos;

b) Legislação cujo conhecimento é necessário para a sua realização:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto Disciplinar);

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;

Decreto Legislativo Regional n.º 3/86/M, de 3 de Abril (reestrutura as carreiras da função pública), na parte não revogada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;

Decreto Legislativo Regional n.º 4/89/M, de 15 de Fevereiro, na parte não revogada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro (reestrutura as carreiras técnica superior e técnica), na parte não revogada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, e Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (princípios gerais em matéria de emprego, remuneração e gestão de pessoal);

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro (estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública), na parte não revogada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto Legislativo Regional n.º 2/90/M, de 2 de Março;

Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;

Decreto Legislativo Regional n.º 9/92/M, de 21 de Abril;

Decreto-Lei n.º 102/96, de 31 de Julho;

Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública);

Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro (regime de incompatibilidades);

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regula o concurso como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública);

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e Decretos-Leis n.ºs 157/2001, de 11 de Maio, e 169/2006, de 17 de Agosto (regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública);

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública).

8 — A ordenação final dos candidatos é feita de harmonia com a classificação final, que resultará da prova de conhecimentos gerais.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do concurso, ao presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol, 9360-219 Ponta do Sol.

11 — Do requerimento deverão constar necessariamente, sob pena de exclusão do concurso, os seguintes elementos:

11.1 — Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de identificação fiscal, residência, código postal e número de telefone, se possuir);

11.2 — Identificação do concurso, com referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;

11.3 — Habilitações literárias;

11.4 — Categoria que o candidato possui, serviço a que pertence e tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública;

11.5 — Indicação de ter cumprido os deveres militares ou de serviço, quando obrigatório;

11.6 — Indicação se está ou não inibido do exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

11.7 — Indicação de possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 — Os requerimentos de admissão dos candidatos deverão ser instruídos com os seguintes documentos, sob pena de exclusão do concurso:

a) Cópia do certificado das habilitações literárias e ou profissionais exigidas;

b) Declaração passada pelos serviços a que os candidatos se achem vinculados, autenticada com o selo branco ou carimbo, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência do vínculo à função pública, a categoria que detêm e o tempo de serviço efectivo nessa categoria, na carreira e na função pública, bem como a menção das classificações de serviço obtidas nos anos relevantes para a promoção em termos qualitativos e quantitativos;

c) Cópia do respectivo bilhete de identidade e do cartão de contribuinte fiscal.

13 — É dispensada a apresentação do documento referido na alínea a) do número anterior desde que os candidatos declarem no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, serem detentores da habilitação que invocam.

14 — Os funcionários da Câmara Municipal de Ponta do Sol estão dispensados da apresentação dos documentos solicitados nas alíneas a) e b) do n.º 12, desde que os mesmos se encontrem já arquivados nos respectivos processos individuais.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a quaisquer candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — António de Sousa Ramos, vereador da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Elisabete Rodrigues Nunes, chefe de departamento da Câmara Municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

João da Silva Madalena, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Graça da Conceição Figueira Barros, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior.

José Carlos Varela, chefe de divisão da Câmara Municipal.

18 — Este concurso rege-se-á pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com as revogações operadas pelo referido Decreto-Lei n.º 404-A/98 e pelo Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

2 de Outubro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *José Inácio dos Santos Silva*. 1000306366

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que foi nomeada a Dr.ª Teresa de Jesus Reis Narciso, em regime de comissão de serviço, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, de acordo com o despacho que a seguir se transcreve:

«Despacho

1 — Através de publicitação, foi divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2006, e na bolsa de emprego público número OE200608/0190 o procedimento de selecção tendo em vista o provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, ao qual cabem as competências constantes do Regulamento Orgânico desta Câmara Municipal de Portalegre, publi-

cado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106 (apêndice n.º 50), de 1 de Junho de 2006.

2 — De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, procedeu-se à entrevista pública e à apreciação do currículo da candidata, tendo resultado que a escolha recaiu na candidata Teresa de Jesus Reis Narciso, dado que a mesma reúne os requisitos legais de provimento e o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço acima referido, tendo em conta que:

Detém competência e aptidão para o exercício de funções de direcção e coordenação e controlo, demonstrou capacidade de liderança, espírito de iniciativa, capacidade de planeamento e organização;

Detém comprovada experiência profissional na elaboração, acompanhamento técnico, gestão de projectos de candidaturas e financiamentos comunitários e nacionais, bem como um conhecimento detalhado e actualizado dos referidos financiamentos;

Detém experiência no desenvolvimento de projectos na área da modernização administrativa e das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como conhecimento das competências das autarquias.

A candidata demonstrou possuir competência técnica para o exercício das funções inerentes ao respectivo cargo.

3 — Assim, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino a nomeação de Teresa de Jesus Reis Narciso, em comissão de serviço, pelo período de três anos e por urgente conveniência de serviço, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, da Câmara Municipal de Portalegre.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Nota curricular

Nome — Teresa de Jesus Reis Narciso.

Data de nascimento — 14 de Dezembro de 1970.

Habilitações académicas — Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro, em 23 de Setembro de 1994.

Habilitações profissionais — Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Percurso profissional:

Em 20 de Novembro de 1996 — ingresso na Câmara Municipal de Portalegre como técnica superior estagiária, na carreira de planeamento, com contrato administrativo de provimento pelo período de um ano;

Em 28 de Maio de 1998 — ingresso no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre na categoria de técnica superior de 2.ª classe;

Em 4 de Maio de 2000 — promovida à categoria de técnica superior de 1.ª classe;

Em 21 de Outubro de 2003 — promovida à categoria de técnica superior principal;

De Novembro de 1996 a Dezembro de 2001 — integrada no Departamento de Serviços Técnicos e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Portalegre, procedendo à elaboração das candidaturas do município aos fundos comunitários e nacionais, acompanhando a marcha dos processos de elaboração dos PMOT, procedendo à elaboração de processos de concurso para empreitadas e fornecimentos, sendo membro da comissão permanente de abertura de propostas dos concursos de empreitadas de obras públicas, procedendo à análise de propostas referentes a fornecimentos e prestações de serviços e efectuando o acompanhamento financeiro das prestações de serviços relativas às fiscalizações de empreitadas de obras públicas e elaborando regulamentos municipais;

De Janeiro de 2002 a Junho de 2006 — responsável pela coordenação e gestão do Gabinete de Promoção do Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Portalegre, procedendo à elaboração, acompanhamento técnico e gestão física e financeira dos projectos de candidaturas aos fundos comunitários e nacionais, promovendo reuniões de acompanhamento físico das obras financiadas com os respectivos fiscais, elaborando documentos estratégicos de enquadramento e suporte às acções a implementar pela autarquia, apoiando tecnicamente os diversos serviços tendo em vista o enquadramento dos respectivos projectos nas várias fontes de financiamento disponíveis. Destacam-se, pela sua complexidade

em termos de gestão, os seguintes projectos de candidatura: ‘Programa Polis — Acompanhamento da execução das diversas acções do contrato-programa’; ‘Construção do centro de artes do espectáculo’; recuperação e reabilitação da Fábrica Real e Colégio de São Sebastião (para instalação dos serviços municipais e municipalizados); ‘Casa do município’ (primeiro espaço de atendimento centralizado ao município da Câmara de Portalegre); ‘PORTALegre — Entre por @qui’ (projecto na área do *e-government*) e ‘Fibra óptica e telefonia IP — Um salto em banda larga’ (projecto na área das infra-estruturas de comunicações de voz e dados);

Desde 19 de Junho de 2006 — responsável pelos serviços de candidaturas, atendimento ao município, informática e apoio administrativo da Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização da Câmara Municipal de Portalegre.»

26 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Biscaíno*.
3000216934

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Aviso

Licenciamento de operação de loteamento

José António da Silva Brum, vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, aplicável por força do artigo 152.º do mesmo diploma legal (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, é aberto um período de discussão pública sobre a 2.ª alteração à operação de loteamento urbano que o município Luís Manuel Teixeira Furna pretende levar a efeito nos Foros, Estrada da Lagoa do Fogo, freguesia de Conceição, do concelho de Ribeira Grande, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

O respectivo projecto estará exposto na Divisão de Obras e Urbanismo desta autarquia.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias, com início a contar da data da publicação deste aviso, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços onde se encontrará exposto.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, sendo as mesmas dirigidas ao presidente da Câmara Municipal.

19 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *José António Silva Brum*.
1000306357

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso

Nomeação — Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de turismo de 1.ª classe

Torna-se público que, por meu despacho de 13 de Setembro de 2006, nomeei para o lugar de técnico superior de turismo de 1.ª classe John Nelson Costa, único candidato classificado no concurso em epígrafe, conforme consta da lista de classificação final, notificada ao interessado em 11 de Setembro de 2006, devendo o nomeado aceitar o novo lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

14 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*.
1000306395

Aviso

Nomeação — Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de chefe da Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

Torna-se público que, por meu despacho de 27 de Setembro de 2006, nomeei para o lugar de chefe da Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos Maria Isabel Soares